

## **Relatórios dos Encontros Nacionais Setoriais**

### **Carlton Hotel Brasília - Dia 03/05/2018 (Brasília - DF)**

- Relatório do Encontro Nacional do Departamento da Agricultura e Reforma Agrária **(DARA): Página 02**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Ciência e Tecnologia **(DC&T): Página 05**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Educação e Cultura **(DEC): Página 07**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Ex-Territórios **(DEEXT): Página 11**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Trabalho e Emprego **(DEMITRE): Página 12**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Aposentados e Pensionistas **(DENAP): Página 14**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Fazendários **(DENFA): Página 17**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente **(DENTMA): Página 18**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Segurança e Advocacia Pública **(DESAP): Página 25**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Saúde e Previdência **(DESC): Página 27**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Infraestrutura **(DINFRA): Página 29**
- Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Servidores Civis das Organizações Militares **(DOMC): Página 31**
- Relatório do Encontro Nacional dos Anistiados e Demitidos: **Página 35**
- Relatório do Encontro Nacional dos Empregados das Empresas Públicas: **Página 37**

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento da Agricultura e Reforma Agrária (DARA)**

### **INCRA**

1. Reestruturação das carreiras do Incra, com base no [relatório final do GT de Carreiras/2016](#);
2. Equiparação com a tabela salarial do IBAMA;
3. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
4. Instituição de adicionais de titulação e de incentivo à qualificação aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do INCRA;
5. Revogação da EC 95;
6. Revogação da Reforma Trabalhista;
7. Retirada da Reforma da Previdência;
8. Revogação da Lei de Terceirização;
9. Recomposição da força de trabalho: concurso público para 3.000 servidores;
10. Fim do titulômetro / combate ao assédio moral individual e institucional;
11. Calendário de mobilizações durante o mês de maio/2018;
12. Dia Nacional de Mobilização Geral dos SPFs no dia 23/05/18;
13. Campanha “Sem servidor público não há serviço público”;

### **Questões da saúde do servidor:**

14. Ajuizamento de ações judiciais contra os aumentos de mensalidade da GEAP (modelos disponibilizados pela Condsef/Fenadsef)
15. Auditoria ampla na GEAP;
16. Reajuste do auxílio saúde per capita em índices compatíveis com a média de aumento das mensalidades da GEAP e dos demais planos de saúde de mercado;
17. Realização de estudo técnico científico para sistematização dos riscos ambientais e mentais das atividades de trabalho no INCRA/SEAD, quantificação dos impactos e dos danos a que estão submetidos os trabalhadores em articulação das entidades nacionais e regionais com o Ministério Público do Trabalho;
18. Criação das CISSPs (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público) em cada local de trabalho;
19. Cobrar da gestão autarquia a formulação e implementação do PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Plano de Controle Médico e Saúde Ocupacional), bem como o cumprimento do Decreto nº 6856 (realização de exames periódicos);
20. Articulação do Serviço de Desenvolvimento Humano das Superintendências e Delegacias do INCRA/SEAD para assinatura de convênio estadual com a GEAP (GEAP Para Você);
21. Recomposição do Orçamento do INCRA/SEAD para cumprimento da sua missão institucional (reforma agrária com desconcentração fundiária,

- regularização de territórios quilombolas, fortalecimento da agricultura familiar e ordenamento da estrutura fundiária nacional, cadastro de terras);
22. Participação nas Frentes Democráticas Locais (FBP, Povo Sem Medo, etc.);
  23. Autonomia dos departamentos para seus encaminhamentos e realização dos seus encontros.

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

- Tratamento funcional idêntico ao dispensado aos servidores do INCRA, com enquadramento na Carreira de Desenvolvimento Agrário.

## **MAPA**

1. Autonomia do DARA;
2. Campanha de sindicalização;
3. Cumprimento do Decreto 6856/2008 (exames periódicos);
4. Prevenção de riscos;
5. Atualização da tabela do Imposto de Renda;
6. Per capita;
7. OLTs – Organização nos Locais de Trabalho;
8. Revogação de todas as reformas, tais como: Reforma da previdência; Terceirização; Privatizações; Pré-Sal; EC 95/16;
9. Servidores integrantes do quadro de pessoal do MAPA, não integrantes de carreiras ou planos especiais estruturados: instituir uma gratificação a título de adiantamento de Plano de Carreira para os servidores Administrativos do MAPA;
10. Fortalecer o sindicalismo combativo. Criar comitês de bairros em conjunto com outros sindicatos do setor público, privado e do campo para debater com a sociedade e conscientizar a classe trabalhadora da importância de estar organizados dentro dos sindicatos e dos movimentos sociais.

## **Plano de lutas**

- Pontos específicos:
  - ponto eletrônico;
  - valorização;
  - equiparação salarial com outras carreiras;
- Saúde:
  - PROVRH (Projeto de Qualidade de Vida);
  - SIPES (Prevenção de Acidentes Local de Trabalho);
  - Exames períodos;
- Reposição das perdas Salariais;
- Incorporação das gratificações no salário base;
- Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público.



## **CEPLAC**

1. Fortalecimento da CEPLAC com retorno de sua autonomia financeira-modernização;
2. Encontro setorial em março de 2017;
3. Enquadramento na Carreira de Ciência e Tecnologia, Lei nº 12.277;

## **PESCA**

Servidores da SEAP/SG/PR (oriundos do extinto MPA):

- Pelo estabelecimento de uma política e uma instituição do governo federal para o desenvolvimento e ordenamento da pesca e aquicultura brasileira, realocando a SAP no MAPA, definindo orçamento e organizando o corpo de servidores;
- Pelo estabelecimento das atribuições e competências dos servidores da SAP;
- Pelo fim do assédio moral e desvio de funções na SAP;
- Que os sindicatos e a Condsef/Fenadsef abram interlocução com o MPOG sobre a situação dos servidores e dos serviços de pesca e aquicultura, propondo um grupo de trabalho composto por quatro partes: representante dos servidores, representante da Condsef, representante do MPOG, representante da SAP;
- Que os sindicatos em conjunto com a Condsef e ouvindo servidores da categoria faça uma campanha pela sindicalização de todos/as servidores oriundos do extinto MPA e estes se organizem no DARA/Condsef;
- Que a Condsef estude a possibilidade de uma Ação Civil Pública junto ao MPF cobrando a estruturação dos serviços e políticas da aquicultura e da pesca e denunciando assédio moral;
- Que a Condsef incorpore na sua pauta de lutas concurso público para a SEAP, pois o quadro atual é muito aquém do necessário;
- Que a Condsef e os sindicatos promovam o Encontro dos servidores oriundos do extinto MPA, até o fim do 1º semestre de 2018.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Ciência e Tecnologia (DC&T)**

1. Continuar a Campanha Salarial retirando os conceitos da tabela consensuada em 2015 e não considerada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, reforçando estudos que subsidiem a retomada de sua defesa;
2. Manter a posição pela incorporação da GDACT ao vencimento básico, cumprimento ao Termo de Acordo 09/12;
3. Lutar pela recomposição da Força de Trabalho das Carreiras de C&T, propondo, imediatamente, junto ao governo, a formatação de dispositivo legal que permita a reposição automática de cargos vagos, por aposentadoria ou saída de servidores como forma de estancar a perda de pessoal;
4. Reformar o conteúdo da carta de BH (primeira), que compilou princípios e linhas de atuação do Departamento de C&T;
5. Estreitar o relacionamento com outras entidades afins da representação sindical, na busca da unificação e fortalecimento da defesa das instituições e dos direitos dos servidores, defendendo a atuação do Departamento de C&T como legítima representação dos servidores de C&T;
6. Posicionar-se contra a constituição de organizações sociais por entender que serão utilizadas como instrumento de desmanche e precarização da coisa pública;
7. Atuar na regulamentação da Lei 13.243 (marco legal da C&T) e nas mudanças regimentais das unidades de pesquisa por ela requerida;
8. Lutar por mudanças da sistemática de escolha de dirigentes das unidades de pesquisa e órgãos de fomento a torná-la democrática, com a participação dos servidores;
9. Atuar junto ao MCTI e FINEP em defesa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para que a representação dos trabalhadores no mesmo seja indicada por este Departamento de C&T;
10. Aproximar-se dos núcleos de estudo e atuação da Auditoria Cidadã da Dívida Pública a fim de subsidiar nossas entidades na luta contra a política de arrocho do governo;
11. Reivindicar a criação de um Conselho de Dirigentes das Unidades de Pesquisa, garantindo a participação dos servidores das carreiras;
12. Promover a adoção e tecnologias de informação que possibilitem uma melhor interação e integração das entidades que compõem o Departamento;
13. Atuar no processo de gestão das carreiras e implementação da política de capacitação e desenvolvimento de pessoas, buscando sua democratização e qualificação, incluindo a defesa da criação da Escola de Governo em CTI;
14. Criar grupos de trabalho para o aprofundamento dos itens deste documento;

15. Assegurar a permanência, por instituição, da equiparação de 70% (setenta por cento) dos DAS pelos servidores do quadro. O ideal seria 100% (cem por cento), mas na atualidade não está sendo cumprida pelos órgãos;
16. Ativar os departamentos através das reuniões da direção da CONDSEF. Através da resolução com pesquisa paga pelo Sindicato Estadual;
17. Campanha Salarial – Tabela/2015;
18. Incorporação GDACT;
19. Recomposição Força Trabalho da Carreiras de C&T;
20. Aumentar contribuição do plano médico por parte do governo (plano fadado falência);
21. Moção de Repúdio ao presidente do CNPQ por atitudes arbitrárias;
22. Extensão para as demais categorias de servidores federais da Lei nº 13.464/2017, que instituiu os reajustes para as carreiras típicas de Estado;
23. Revogação da PEC 95/2017;
24. Cumprimento dos acordos assinados com os servidores federais da Carreira de C&T, em 2012 e 2015;
25. [Carta de BH de 2018](#), resultante do Seminário das Entidades Representativas das Carreiras de C&T, realizado entre os dias 03 e 05 de abril, no CDTN/CNEN em BH;
26. O Departamento de C&T reivindica da Direção da Condsef/Fenadsef a participação efetiva de seus membros em todas as negociações a serem realizadas pelo Fórum das Carreiras de C&T, mesmo tendo presença da representação da Direção da Condsef, nas negociações com as diversas instâncias do Governo Federal;
27. O Departamento de C&T indicou José de Arimateia Leite de Menezes para representar o Departamento nas reuniões da Direção da CONDSEF/FENADSEF.  
E também indicou Rogério Mamão Gouveia para levar informações da C&T para Secretaria de Comunicação e Imprensa da CONDSEF.

**Jose de Arimateia Leite de Menezes, Rogério Mamão Gouveia,  
Jorge Alves Coutinho, Jaime Vieira Ramos e Gleig Correia de Sá**



## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Educação e Cultura (DEC)**

### **I - SETOR DA EDUCAÇÃO**

Estados presentes: **MG, MA, PI, PE, BA (07 participantes; Universidades Federais, Rede Federal de Educação Tecnológica; MPOG - órgãos extintos).**

Pauta: **Informes, Demandas do Setor, Avaliação e Encaminhamentos.**

Mesa: **Erilza Galvão/BA e Paulo de Castro/PE (Direção da CONDSEF).**

### **INFORMES:**

- 1- Justificada a ausência de Coordenadores do Departamento, área da Educação (João Carlos Martins/MA; Valdemar Santana/ PE e Carlos Alberto Oliveira/ RJ). O José Carlos Costa/Ebserh participou da reunião do Pró-Departamento Empresa Pública.
- 2- Realização da Plenária Estatutária da CONDSEF/ FENADSEF, de 03 a 06 de maio, no mesmo Hotel do Encontro;
- 3- Resolução Ministerial do final de março de 2018 sobre redimensionamento dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (redução de unidades educacionais, em todo o Brasil);
- 4- Conjuntura e Táticas do Governo para não cumprimento acordos.

### **DEMANDAS DO SETOR:**

Não houve alteração na pauta definida no Encontro Nacional Setorial/dezembro de 2016, em Cuiabá.

### **AVALIAÇÃO:**

Considerando a conjuntura, a geopolítica do Congresso Nacional, as medidas do Governo Temer e diversos aspectos da organização da base da educação, os participantes definiram por não alterar a pauta de reivindicações e sim pela proposição de ações para CONDSEF/ FENADSEF, visando concretizar o máximo da pauta de reivindicações e reforçar a organização do setor.

### **SISTEMATIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS/ ENCAMINHAMENTOS:**

- 1- Orientar as entidades filiadas para reforçar a organização/ trabalho de base do setor;
- 2- Atualizar diagnóstico do setor, com coleta de informações junto às entidades filiadas (base representada- órgão, local de trabalho e número de filiados; demandas; realização de atividades específicas), a partir de instrumento a ser elaborado pela CONDSEF/ FENADSEF;
- 3- Coletar/ sistematizar informações para subsidiar a CONDSEF/ FENADSEF nos encaminhamentos das demandas setoriais e debates de questões educacionais (principais contatos: Coordenadores do DEC- Setor da Educação, João Carlos Martins/ MA e Carlos Alberto Oliveira/ RJ);
- 4- Realizar uma reunião de Trabalho, de dois dias, até o final de junho, entre Direção e Coordenadores do DEC/ Setor da Educação, sobre pauta temática (planos de carreira;

tabelas salariais; medidas ministeriais referentes ao processo de ifetização- expansão da Rede de Educação Tecnológica; reformas educacionais; gestão democrática da educação, entre outros);

- 5- Atualizar sistematização de legislação básica sobre educação (a última foi feita em 2003).

## **II - SETOR DA CULTURA**

### **Condução dos trabalhos:**

Jussara Griffo (Secretária de Administração/CONDSEF);

Matheus Guerra Cotta (membro do Departamento de Educação e Cultura - CONDSEF);

### **Delegados presentes:**

Rafael Campos (servidor do IBRAM/MG – Museu do Ouro);

Matheus Guerra Cotta (servidor IPHAN/MG – DEC/CULTURA - CONDSEF);

### **Observadores:**

Sergio Pinto (Presidente da AsMinC – Associação de servidores do Ministério da Cultura);

Débora Azevedo (Diretora da Asserte – Associação dos servidores e trabalhadores da FUNARTE);

**INFORMES:** A Secretaria de Administração da CONDSEF, Jussara Griffo, informou que a diretoria executiva da confederação se posicionou favoravelmente à assinatura do Termo de Compromisso junto ao Fórum das Associações de Servidores da Cultura, conforme minuta em discussão, apenas fazendo a ressalva quanto ao prazo de 15 dias para se agendar e comunicar reuniões, que, em caso de urgências, possam gerar prejuízos aos servidores;

### **ENCAMINHAMENTOS:**

1. Solicitar que a CONDSEF envie ofício à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, reiterando a solicitação para que sejam instaladas, nas autarquias e vinculadas, as Câmaras Setoriais do Grupo Permanente de Discussão sobre Condições de Trabalho – GPCOT, para tratar das questões relacionadas ao ponto eletrônico, tendo em vista a instalação do sistema, sem levar em conta as especificidades de cada órgão;
2. Encaminhar junto às instâncias da CONDSEF – Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo de Entidades – a realização de Encontro Nacional da Cultura e Seminário Nacional da Cultura, em um único evento:
  - a. Local: Rio de Janeiro;
  - b. Data: até o mês de setembro/2018 (em face do ano eleitoral);
  - c. Temas a serem abordados: Políticas Culturais: interesse público e sociedade civil; Gestão de Espaços e Políticas Culturais por Organizações Sociais (OS); Organização das representações de servidores do setor da Cultura.



## **PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS SETORES DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

1. Fazer levantamento dos ataques que a área de educação está sofrendo;
2. Contra as perseguições sofridas pelos servidores (as) que lutam contra os ataques à educação;
3. Total apoio às ocupações dos estudantes secundaristas e universitários;
4. Participação da Condsef nos espaços nacionais da educação;
5. Lutar contra o golpe e pelo cumprimento integral do Plano Nacional de Educação;
6. De maneira imediata, atrelar a luta contra o golpe e a luta para barrar a PEC 55, MP 746, PL da “Escola Sem Partido”, privatização do Pré-Sal e da Petrobrás;
7. Fora Temer e fora Mendonça Filho;
8. Construção da greve geral;
9. Valorização salarial e profissional de todos os trabalhadores (as) da educação;
10. Incluir o IFRJ (Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro) no Ministério da Ciência e Tecnologia;
11. Reestruturação da Carreira do Sistema MEC;
12. Atenção isonômica aos servidores dos ex-territórios:
  - a) Administrativo - migração para o PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação);
  - b) Professores - migração para carreira do EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico);
  - c) Abertura do Termo de Opção para migração dos professores aposentados do ex-território de 2013 para os EBTT;
  - d) 30 horas para todos, sem redução de salário e sem ponto eletrônico;
13. Funcionamento pleno das Comissões Internas e Nacional de Supervisão (C.I.S. e C.N.S.);
14. Fim da terceirização nas IFE (Instituições Federais de Ensino) e EBTT e abertura de concurso público;
15. OLT: Organização por Local de Trabalho, como um dos métodos para a construção da greve geral;
16. A Condsef precisa atuar mais próxima do setor da educação na base da confederação (realizações de plenárias, seminários, encontros regionais e nacional);
17. Que a CUT efetivamente participe e indique a Condsef nas mesas setoriais de educação;
18. Que a Condsef, junto ao MEC, cobre e fiscalize a aplicação do piso nacional de educação nos estados e municípios;
19. Docentes do ensino básico federal migrar para a carreira do EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
20. Técnicos Administrativos do PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo migrar para a carreira do PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
21. Abertura de Termo de Opção dos Docentes do PUCRE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) para migração para EBTT;
22. Concessão de RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) para técnicos administrativos e aposentados;
23. Paridade na participação dos conselhos consultivos;
24. Democracia nas instituições públicas de educação para efetiva participação de mulheres, negros e LGBT;



25. Contra o projeto de lei "ESCOLA SEM PARTIDO";
26. 10% do PIB para educação;
27. Criação do Departamento de Cultura (desmembrando o atual Departamento de Educação e Cultura) no âmbito da Condsef;
28. Redefinição do papel do departamento de Cultura (a ser criado em plenária estatutária) na diretoria nacional da Condsef;
29. Participação da Cultura na agenda de luta dos servidores públicos federais;
30. Construção de uma frente ampla da cultura junto às entidades afins;
31. Construir uma agenda de discussão sobre a reestruturação do sistema MinC;
32. Aprimorar, atualizar, fortalecer a estrutura de comunicação da Condsef e seus departamentos.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Ex-Territórios (DEEXT)**

1. Reabertura para redistribuição dos servidores dos ex-Territórios que tenham interesse em ser redistribuídos para outros órgãos;
2. Técnicos administrativos da Educação: PGPE – abertura do termo para carreira PCCTAE; PCCTAE – poucos estão nessa carreira;
3. Busca de isonomia entre efetivos servidores da União nos ex-Territórios, com seus semelhantes, considerando especialmente qualificação respectiva, como por exemplos: os técnicos de técnicos agrícolas sejam comparados aos do Ministério da Agricultura;
4. Apoio da Condsef aos processos 992 e 1050;
5. Que a Condsef banque o representante do Departamento para estar em Brasília/DF na luta dos servidores. Sendo assim, queremos mais respeito e participação ativa do departamento.
6. Docentes do Ensino Básico Federal migrarem para a carreira do EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
7. Técnico-Administrativos do PGPE- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo migrar para a carreira do PCCTAE – Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação;
8. Abertura de termo de opção dos Docentes do PURCRE/EBTT, e Ex-Territórios;
9. RSC para técnico-administrativos e aposentados;
10. Paridade na participação dos conselhos consultivos;
11. Reativação da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira e inserção da CONDSEF nos espaços nacionais de negociação com o Governo;
12. Lutar pela aprovação da PEC 111- enquadramento dos servidores dos ex-Territórios e efetivação do vínculo empregatício/funcional com a União.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Trabalho e Emprego (DEMITRE)**

Estados: Estados: **AC, DF, GO, MA, MG, MT, PB, PE, RJ, RO, RS, SC e SP.**

1. Reformas: Necessidade de pressão sobre os candidatos a Presidente e ao novo Congresso para a revogação da EC/95, que atacam a possibilidade de reajustes salariais, etc.;
2. Combate a terceirização que ameaça o retorno ao MTb,
3. A Condsef demandou estudo do Dieese acerca da tradução acessível para a sociedade acerca dos malefícios da EC 95;
4. Perdas salariais: Extensão da diferença de 16,54% concedida pela Lei 13464/17 as demais carreiras do serviço público,
5. Caso o governo não conceda o reajuste de forma negociada, recorrer ao judiciário, nos moldes de outros precedentes os quais obtivemos vitórias judiciais,
6. Aporte do governo para o Plano de Saúde de 15% para 50%. Já existe uma ação civil pública proposta pela Condsef e outras entidades para tal finalidade;
7. Realizar requerimento e diversos meios de pressão para reunião com o novo Ministro e as entidades nacionais para diversos encaminhamentos já discutidos em grupos de trabalhos, condições e de funcionamentos das unidades do MTb, turnos, ponto eletrônico, Port. 2551/10, etc.;
8. Realizar debates com as centrais sindicais acerca de o MTb;
9. Mobilizar-se pelo calendário de luta dos servidores públicos federais, iniciando no dia 23/05;
10. Encaminhar a discussão dos Avisos Ministeriais da Carreira do MTb perante o MPOG;

### **Encaminhamentos do DEMITRE:**

1. Fazer o debate com as entidades sindicais do setor privado sobre o desmonte do MTb, buscando o apoio para a nossa luta;
2. Construir o consenso e documento com as centrais sindicais acerca do desmonte do MTb, para fins de pressões políticas;
3. Encaminhamento de ofício pelas três entidades nacionais que representam o MTb, para a reabertura das negociações perante o Ministro do Trabalho;
4. Viabilizar a representação de alguns membros do Demitre em Brasília, para o acompanhamento das demandas do MTb;
5. Extensão da diferença concedida pela Lei 13464/17 para algumas categorias de servidores, no percentual de 16,54%. Caso contrário, impetrar a devida ação para fins da equiparação do reajuste salarial;
6. Pressionar os candidatos a próxima eleição para fins comprometerem-se a revogarem a EC 95, a qual impossibilita a nossa luta;



7. Aporte de 50% pelo governo sobre a per capita do Plano de Saúde.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Aposentados e Pensionistas (DENAP)**

1. Lutar pela integralização das gratificações de desempenho dos aposentados e pensionistas que tiveram suas aposentadorias e pensões instituídas antes de 2004;
2. Participação mais efetiva por parte dos aposentados e pensionistas em suas respectivas bases;
3. Lutar efetivamente para que a paridade seja estendida a todos os aposentados e pensionistas;
4. Solicitar ao M. Planejamento o envio dos contracheques dos aposentados e pensionistas pelo “correio”, devido às dificuldades em utilizar a internet;
5. Fortalecer e ampliar a lutas dos servidores aposentados e pensionistas em prol dos seus direitos específicos;
6. Criar um mecanismo que dificulte as financeiras em realizar descontos indevidos e não autorizados pelos servidores no contracheque;
7. Lutar para que o reajuste salarial incida sobre o vencimento básico;
8. Reivindicar que o Governo Federal arque com 70% do valor (mensalidade) dos planos de saúde e, em contrapartida, o servidor pagará 30% do mesmo;
9. Lutar pela redução dos valores do plano de saúde para os aposentados e pensionistas;
10. Lutar pelo pagamento do auxílio alimentação, excluído quando o servidor aposenta;
11. Concessão de igualdade de direitos a todos os professores aposentados e pensionistas dos Ex-Territórios, quanto a gratificação da RSC concedida aos professores da ativa;
12. Prorrogação do prazo da assinatura do “termo de opção” dos aposentados do Ex-Territórios, para até 2018;
13. Inclusão dos professores federais aposentados dos Ex-Territórios no quadro do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
14. Convocar uma “Greve Geral” para o 1º trimestre de 2019;
15. Realizar uma Plenária Setorial (anual) por departamentos da CONDSEF (mínimo de 2 dias);
16. Participação mais efetiva e fortalecimento do DENAP (Departamento Nacional de Aposentados e Pensionistas) junto à CONDSEF;
17. Incluir na Campanha Salarial em 2019, demandas específicas dos aposentados e pensionistas;
18. Construir políticas voltadas para os anseios e ideais dos aposentados e pensionistas;
19. Lutar contra a Reforma da Previdência;
20. Lutar pela integralidade do pagamento na aposentadoria por “invalidez”;
21. Incorporação das gratificações no vencimento básico;
22. Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas: Com a criação das gratificações de desempenho ou de produtividade, o governo vem



sistematicamente burlando esse princípio constitucional, portanto é necessária a reversão dessa política;

23. Aposentadorias por Invalidez e Compulsória: Depois da Emenda 41, de 31/12/2003, essas aposentadorias passaram a ter uma nova redação que acaba com o princípio da paridade, utilizando, como nova forma de cálculo dos proventos, a média aritmética das 80 maiores contribuições recebidas pelo servidor, a partir de julho de 1994. Então, reforçar a luta da CONDSEF/FENADSEF e suas filiadas pela aprovação da PEC 434/14 que garante provento integral para o servidor que se aposentar por invalidez;
24. Aposentadoria Especial: mais uma questão que o governo vem empurrando com a barriga. Também reforçar a luta da CONDSEF/FENADSEF e filiadas pelo reconhecimento desse direito aos trabalhadores que exerçam as suas atividades em áreas sob a ação de agentes nocivos à saúde ou à integridade física;
25. Lutar por mudança do formato de aposentadoria no tocante à gratificação de desempenho, levando a média dos últimos cinco anos dos pontos para a aposentadoria;
26. Lutar por políticas públicas de preparo à aposentadoria dos trabalhadores do serviço público federal, com a participação das entidades sindicais;
27. Lutar por políticas públicas de sensibilização e conscientização dos trabalhadores do serviço público e da sociedade em geral quanto à questão dos abusos contra pessoas idosas e a necessidade de tratá-las com respeito, gratidão, dignidade e consideração;
28. Realizar um “Seminário de Aposentados e Pensionistas” em todos os estados;
29. Exigir que todos os RH’s das unidades pagadoras (órgãos) tenham atendimento priorizado para aposentados e pensionistas; fazer ofício dirigido aos órgãos cobrando uma solução dessa questão;
30. Isentar os aposentados da contribuição do Plano de Seguridade Social;
31. Convocar um Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas;
32. Que os representantes dos departamentos sejam eleitos pela sua base no Encontro Setorial da Condsef;
33. Que a Condsef/Fenadsef recomende às filiadas a realizar assembleias dos aposentados e pensionistas;
34. Que seja eleito um coordenador dentre os eleitos de cada departamento que integrará a Direção Nacional e para reunião da CDE;
35. Que Condsef/Fenadsef recomende às filiadas realizar assembleia de aposentados e pensionistas para eleição de delegados para participação das estâncias da Condsef;
36. Que Condsef/Fenadsef oriente as filiadas a enviar jornais e outros comunicados aos aposentados e pensionistas de sua base;
37. Implementar ações jurídicas e administrativas até que a paridade seja estendida a todos os aposentados;
38. Assegurar que os valores das mensalidades dos planos de saúde fiquem excluídos para margem de consignação para fins de empréstimos;

39. Reabertura para assinatura do termo de opção da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho para quem que por algum motivo não teve a oportunidade de assinar;
40. Ajuda de custo a todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas para aquisição de remédios de alto custo;
41. Presença de um coordenador de departamento nas mesas de negociação com o governo, com o objetivo de discutir as reivindicações dos aposentados e pensionistas;
42. Que a Condsef envie ofício ao Ministério da Defesa cobrando agilidade no acerto e pagamento corrigido da Gratificação de Desempenho dos servidores e pensionistas das Leis nºs 13.323 a 13.328, tendo em vista a morosidade dos comandos militantes quando neste acerto que é garantido em lei para quem aderiu ao acordo em dezembro de 2016; e que seja encaminhada cópia de tal ofício aos emails dos aposentados e pensionistas.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Fazendários (DENFA)**

**Coordenador da Mesa: Antônio Ricardo Generoso e Márcia Castro**

1. Enquadrar o nível auxiliar no nível intermediário como Técnico Fazendário de nível intermediário e Técnico Administrativo de nível intermediário, como proposta de alteração no Projeto de Lei s/nº encaminhado pelo Ministro da Fazenda ao Presidente da República;
2. Revisão do plano e elaboração de uma carreira;
3. Isonomia com a Lei 12.277/10 (NS, NI e NA);
4. Foram eleitas para fonte de informação oficial da Imprensa da Condsef/Fenadsef: Marlete Oliveira e Márcia Castro.
5. Que a Condsef procure Planos de Saúde para negociar um convênio.
6. Mudar o critério das informações da GQ das formações das graduações.
7. Não concordamos com o SINDFAZENDA por defendermos o Sindicato Geral.
8. Solicitamos à Condsef verificar, junto ao governo, como está o procedimento do Projeto. Depois, encaminhar aos advogados para analisar o projeto - Carreiras Administrativas do Ministério da Fazenda.
9. Fortalecer uma campanha contra assédio moral e sexual (todo o tipo de assédio) nos órgãos públicos.
10. A Condsef deve procurar o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Fabrício da Soller, para pedir a implementação das propostas discutidas e aprovadas no Grupo de Trabalho - GT. Dentre elas, criação de gratificação com recursos provenientes do FUNDAF.
11. Representante do DENFA nas plenárias da Condsef: Márcia Castro B. Meireles e Suplente: Reinaldo Felipe dos Santos.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente (DENTMA)**

### **DNOCS**

A Condsef deverá encampar a luta junto ao Ministério da Integração Nacional reivindicando os seguintes pontos:

1. Reestruturação e revitalização do órgão;
2. Criação de um plano de carreira para os servidores do órgão;
3. Realização de concurso público para recomposição do quadro de pessoal;
4. Definir um orçamento necessário e adequado, visando atender os objetivos institucionais para os quais o órgão foi criado;
5. Que a autarquia seja responsável pela implementação das ações da política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
6. Que a gestão das águas do programa de integração da bacia do Rio São Francisco (transposição) seja gestada pelo órgão;
7. Dentro da reestruturação do órgão, seja criado um setor que trate especificamente da segurança e conservação das barragens;
8. Impedir a transferência dos reservatórios hídricos do órgão para as gestões estaduais e municipais;
9. Que os servidores da autarquia tenham participação e conhecimento de qualquer proposta de reestruturação do órgão;
10. Que a Condsef interceda junto ao Ministério do Planejamento no sentido de esclarecer que as instituições podem e devem ter atribuições iguais, não necessariamente isso significando sobreposição de ações. (obs. isso passou a ser uma alegação do MPOG que limitou o avanço da proposta de reestruturação do órgão em momentos anteriores);
11. Incorporação da gratificação produtivista para aposentados e pensionistas independente da média, conforme disposto na lei;
12. modificação do artigo 14 da lei 12716/2012, que significa deixar de ser descontado no valor da “bolsa” qualquer tipo de reajuste (impedimento da desoneração);
13. Aprimorar o funcionamento e a operacionalização do registro de frequência dos servidores (ponto eletrônico), entre outras coisas, com a criação de banco de horas e desatrelação do atrelamento da “catraca” ao “ponto”;
14. Que a gestão de piscicultura, especialidade do DNOCS, seja mantida em toda sua extensão;
15. Que o Jurídico da Condsef analise a legalidade do desconto da “bolsa” (VPNI).

### **Para todas as instituições:**

1. Recomendar a estruturação de todos os órgãos federais conforme suas especificidades.

## **FUNAI**

1. PCI – Plano de Carreira: elaboração e publicação de Portaria designando os componentes do GT para aprovação do Plano;
2. Estruturação do Plano de Carreira Indigenista;
3. GAPIN: reajuste da GAPIN, e que o MPOG implemente o ajuste e a correção de valor da gratificação e de atividade;
4. Execução dos planos de capacitação;
5. Concurso público para preenchimento dos cargos no órgão indigenista;
6. Regulamentação do poder de polícia da FUNAI;
7. Contra a reestruturação que vem sendo proposto para os órgãos públicos, sem estudos, sem participação dos servidores, sem a consulta do público atendido, como o que vem acontecendo na Funai, descumprindo o que estabelece a Convenção 169 da OIT;
8. Contra os inúmeros Processos Administrativos Disciplinares (PAD) que os servidores estão sendo acusados, sem que se leve em consideração a falta de recursos para exercer as funções, a falta de normatização dos procedimentos e a falta de capacitação dos servidores. Há economia na qualificação dos servidores, mas não faltam recursos para diárias e passagens para as comissões de PAD;
9. Recomendar a estruturação de todos os órgãos federais, conforme especificidades;
10. Que seja garantida extensão do adicional de fronteira para todos os órgãos que desenvolvam atividades correlatas;
11. Que não sejam nomeadas pessoas extraquadro sem nenhum conhecimento (capacitação) na área.

## **IBAMA e ICMBIO**

### **Engajamento Político da Entidade**

1. Lutar pela manutenção da gestão pública de qualidade sem aceitação de retrocessos na gestão ambiental federal, de modo a garantir as políticas de Estado em detrimento das políticas de governo;
2. Promover maior articulação com movimentos sociais e outras categorias;
3. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem discussões e debates nas bases acerca dos seguintes temas:
  - Reforma política;
  - Propostas de combate à corrupção - propostas de leis, posicionamento contra o desmonte dos órgãos de controle do Estado, entre outros possíveis.
4. Teletrabalho - Promoção de discussão e debate sobre a "experiência" do teletrabalho.

## **Negociação**

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF continuem participando das mesas de negociação existentes, considerando que elas foram conquistas da luta dos servidores para diálogo com o Estado;
2. Enquanto durar a interinidade do governo não serão negociados temas novos, ou seja, além dos já apresentados ao governo, através da proposta de Reestruturação da Carreira e dos documentos apresentados à Mesa Setorial de Negociação do Ministério do Meio Ambiente e seus fóruns, dada a existência de Acordo já assinado em 2015, a entidade deve participar de ações que objetivem a manutenção de direitos já adquiridos ou que visem prevenir prejuízos ao meio ambiente ou à carreira;
3. Lutar pelo pagamento retroativo agosto de 2016/agosto de 2017, conforme estabelecido na Lei nº 13...
4. Alteração da portaria que dividiu a mesa de negociação:
  - Condsef (trabalhadores do meio ambiente estejam presente nas representações);
  - ASCEMA;
  - Construir caminho político conjunto.

## **Entidades Estaduais**

1. Recomendar a instauração das assembleias permanentes nos Estados;
2. Propor uma agenda de Encontros Regionais entre servidores da área ambiental;
3. Coordenar e Implementar ações de comunicação, através de informes/mensagens nas redes sociais;
4. Orientar as entidades de base a realizar atividades políticas, como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido da defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas;
5. Estimular a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional;
6. Buscar novas formas de agregar os servidores que estão lotados em locais isolados – desenvolver processos de participação à distância;
7. Estimular as entidades estaduais a intensificar a participação nos fóruns e movimentos em prol dos serviços públicos federais, estaduais, municipais e também nos fóruns ambientais;
8. Que a Ascema Nacional e CONDSEF articule unidade nas lutas dos servidores da área sincronizando e otimizando ações propostas pelas entidades estaduais.



## Órgãos Ambientais

1. Pautar a questão do sucateamento dos órgãos ambientais com o Ministério do Meio Ambiente, e se posicionar e articular lutas contra o corte orçamentário no ICMBio, no IBAMA/SBF, a precarização dos serviços e falta de condições de trabalho (falta de materiais básicos de escritório, limpeza, manutenção, combustível) e precarização do trabalho dos terceirizados (constante atraso nos pagamentos). Lutar contra a desestruturação das Unidades de conservação;
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem pelo Fortalecimento das SUPES, CRS e Centros de Pesquisa;
3. Retomar o GT para fazer um levantamento da situação dos órgãos ambientais, aproveitando para resgatar os trabalhos que realizaram diagnóstico da situação de maneira a sistematizar proposta pelo fortalecimento dos órgãos ambientais;
4. Denunciar e lutar contra o nepotismo no MMA e vinculadas.
5. Que a Ascema Nacional e CONDSEF exijam que qualquer reestruturação dos órgãos ambientais seja amplamente debatida com os servidores;
6. Fazer uma análise jurídica e também buscar, pela via administrativa, a revogação das portarias que vedam a comunicação direta entre servidores do Ibama e do ICMBio;
7. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem pelo retorno da portaria de fiscalização, que foi retirada dos analistas que trabalham no licenciamento ambiental;
8. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem contra a forma atual do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) devido aos parâmetros extremamente subjetivos da avaliação, a não possibilidade de avaliação da chefia, a falta de regularização nos procedimentos. Além de elaborar uma proposta dos servidores de melhoramento da avaliação de desempenho para apresentar no MNP;
9. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem a discussão sobre eleição direta com participação dos servidores dos órgãos ou, no mínimo, de eleição de lista tríplice para presidente dos órgãos (IBAMA e ICMBio). E leve para as mesas setoriais a necessidade de desenvolver processos de seleção participativo para cargos de chefia;
10. Defender a GEAP das atuais intervenções e defender a participação paritária na gestão da GEAP.
11. Exigir uma Política Institucional contra o assédio moral e sexual no âmbito do MMA e suas vinculadas;
12. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem quanto às ameaças de revogação dos decretos de criação das UCs recém-criadas na Amazônia;
13. Exigir política de preparação para aposentadoria nos nossos órgãos;
14. Que a Ascema e a CONDSEF se manifestem quanto às ameaças de revogação das UC's e TI's recém-criadas.

## **Funpresp**

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF estimulem discussões nas bases sobre o Funpresp, aderindo à luta das entidades de servidores federais contra esse fundo.

## **Legislação**

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF deem ampla divulgação aos documentos contra o desmonte do licenciamento ambiental e que os protocolem no Congresso (nas duas casas);
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF defendam o arquivamento dos seguintes projetos prejudiciais ao meio ambiente e/ou aos trabalhadores PEC nº 65/2012, PLs nº 602, 603 e 654 de 2015, PL nº 3729/2014, PEC nº 291/2008, PEC nº 215, PLP nº 257/2016 e PL nº 4330/2004, aprovados na Câmara e tramitando no Senado, como PL da Câmara 30/2015, o Código da Mineração, PL 7422, MP 727, PEC 241/2016 e a proposta de contrarreforma da Previdência. E que qualquer proposta de modificação nos temas dessas legislações só seja realizada após amplo debate na sociedade;
3. Exigir do MMA a ampla divulgação da minuta do projeto que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental para amplo debate com os servidores que atuam na área. E repudiar qualquer proposta de penalização administrativa dos servidores do licenciamento por conta dos atrasos no processo de licenciamento;
4. Lutar contra a retirada do controle na liberação dos agrotóxicos por parte do IBAMA e ANVISA;
5. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem contrária à Lei Estadual 79/2016, que permite a introdução de espécies exóticas e atípicas na Bacia do Amazonas;
6. Lutar contra a Lei nº 13301/2016, sobre a possibilidade de pulverização aérea de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves;
7. Lutar contra a mineração em terras indígenas.

## **Carreira Ambiental**

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF elaborem um documento resgatando o histórico da construção da carreira;
2. Lutar pela modernização da carreira de especialista em meio ambiente, conforme a elaboração do grupo de trabalho, advindo das deliberações do encontro dos servidores em maio de 2015, com as devidas correções das distorções salariais entre o nível auxiliar, intermediário, superior;
3. Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA);
4. Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA);
5. Lutar em defesa dos aposentados e pensionistas, assim como, pela manutenção das conquistas adquiridas;



6. Lutar pela abertura de concursos públicos para os níveis: auxiliar, intermediário e superior;
7. Lutar pela implementação das horas atividades para toda a carreira.

### **Jurídico**

1. Participar como “amigo da corte” na ação feita pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais contra a obrigatoriedade da entrada dos servidores públicos no Funpresp;
2. Autorização para fazer um estudo de caso, em relação ao processo da Ciomara, ex-servidora do IBAMA, lotada no Rio de Janeiro.

### **Plano de Lutas**

1. Exigir do IBAMA e MMA a apuração das responsabilidades constantes no relatório da CGU;
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem que as entidades de base realizem atividades políticas, como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas;
3. Aumento da cota-parte do governo em relação aos Planos de Saúde;
4. Que a Ascema Nacional e CONDSEF estimulem a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional, em prol de interesse na área ambiental;
5. Ratificar e intensificar a luta pela criação das FCAs, em detrimento das FCPEs;
6. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem contra o ajuste fiscal;
7. Manifestação contra os cortes orçamentários nos órgãos ambientais;
8. Participar na Campanha em defesa da Auditoria da Dívida Pública;
9. Lutar contra a falta de pagamentos de terceirizados;
10. Lutar em defesa dos Centros de Pesquisa do ICMBio;
11. Busca constante de melhoria nas condições de trabalho;
12. Criar um GT para desenvolver uma proposta sobre o licenciamento;
13. Crítica aos conselhos como CTNBio e CTNAgro;
14. Lutar para ter a transposição dos novos servidores do PECMA do MMA para a CEMA;
15. Defesa das reservas minerais e naturais do país;
16. Lutar contra o loteamento dos cargos comissionados da área ambiental;
17. Lutar contra a prática de assédio moral nos órgãos ambientais;
18. Contra a terceirização;
19. Abertura de concurso público;
20. Exigir modernização das carreiras;
21. MP 809/2017 – facilitar a contratação de pessoal indígena;



22. Marcar reunião com MMA para tratar da resolução da questão dos dias parados para não haver corte de ponto.

**DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DENTMA)**

- Que o Departamento organize um seminário ou um grupo de trabalho sobre a questão do teletrabalho.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Segurança e Advocacia Pública (DESAP)**

**Presentes: DF, PE, RO e RS.**

1. Plano de Carreira;
2. Concurso Público;
3. Reavaliação equilibrada quanto a existência do departamento;
4. Mudança no nome do departamento e tentar um outro modelo;
5. Criar um núcleo representante dos setores dentro do da justiça;
6. Unificação da base do departamento;
7. Estabelecer a política de formação sindical forte, através de palestras e outros meios que possam trazer os servidores para o sindicato.

### **1 - INFORMES: Avaliação da Conjuntura Setorial**

O conjunto dos estados relatou que as dificuldades de mobilização, de identificação de elementos que motivem os trabalhadores a manterem sua organicidade nos sindicatos são profundas.

Percebem a necessidade de reinvenção do movimento sindical, para reorganizar a categoria. E que especialmente no DESAP há uma complexidade de órgãos agrupados quais sejam: AGU, DPRF, Defensoria Pública, Ministério da Justiça, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Arquivo Nacional, Abin, Ministério da Segurança e Casa Civil.

Com isso, a construção de alternativas que alcancem todos esses setores precisam ter uma medida processual que executem ações de curto, médio e longo prazo.

### **2 - PAUTA DE REIVINDICAÇÃO E PLANO DE LUTAS SETORIAIS/ENCAMINHAMENTOS:**

A partir da pauta apresentada na última plenária da Condsef em 2017, os seguintes encaminhamentos foram indicados:

1. Plano de Carreira, mantida a demanda com:
  - Estruturação
  - Reestruturação
2. Restabelecimento do pagamento da GDAR do DPRF;
3. Reestruturação do PEC do DPRF;
4. Concurso Público, revogação da Emenda Constitucional 95 para garantir a reposição da força de trabalho e manutenção e qualificação do serviço público;



5. Proposta de mudança de nome para o DESAP a partir dos órgãos que o compõe passando para: Departamento de Segurança, Advocacia Pública, Justiça e órgãos da Presidência da República - DESAP (manutenção da sigla);
6. Estabelecimento de política de formação sindical que permitam a formulação de consciência crítica. Nesse sentido, sugere-se a curto e médio prazo os seguintes temas:
  - Oficina sobre planos de saúde;
  - Seminário sobre aposentadoria;
  - Curso de comunicação para dirigentes sindicais;
  - Seminário sobre previdência complementar (especialmente para os jovens do serviço público).



## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Saúde e Previdência (DESC)**

1. Que a Condsef/Fenadsef e suas filiadas procurarem apresentar alternativas aos planos GEAP/CAPSAÚDE;
2. Que as entidades criem mecanismos de reavaliação de critérios adotados pelas Agências Reguladoras criadas pelo governo e que somente favorecem o capital;
3. Que os sindicatos façam um levantamento do RH da área administrativa do MS/Funasa/Sesai, a fim de ver o quadro atual e qual seria o ideal para solicitar a recomposição;
4. Criar diagnóstico da situação atual das mesas de negociação estadual e fortalecimento das mesmas;
5. Acompanhamento e monitoramento dos processos licitatórios (sede dos núcleos/escritórios) estaduais;
6. Organizar ocupação do Ministério do Planejamento no dia 31/06/18;
7. Formar uma comissão responsável por elaborar uma proposta de PCCS das carreiras da Saúde e Previdência;
8. Construção de uma proposta de projeto de PCCS para as carreiras da Saúde e Previdência;
9. Levantar como bandeira de lutas dos servidores federais, em sua totalidade, a criação dos PCCS no âmbito do Executivo junto à Condsef e às demais Centrais;
10. Concentrar esforços para reformular políticas de contratação efetiva por concurso público de pessoal permanente, com base na legislação vigente e projeto de lei no Congresso, cobrando judicialmente do governo tal medida;
11. Convocar para o segundo semestre de 2018, Encontro Nacional dos Servidores da SESAI, conforme aprovado no XII CONCONDSEF;
12. Elaborar propostas para saúde dos servidores, sobretudo os acometidos de intoxicação por uso permanente de inseticida;
13. Governo convocar todos os funcionários do Ministério da Saúde e FUNASA, ativos e aposentados, que lidaram ou trabalham com inseticidas, para realização de exames específicos e periódicos de saúde;
14. Responsabilizar criminalmente o Estado por omissão criminosa e ação direta de atentar contra a vida e saúde dos trabalhadores, quem foram expostos diretamente aos efeitos adversos de inseticidas, como o BHC 30% e o DDT, altamente danosos à saúde e proibidos há muito tempo em outros países pelo alto risco residual. Foi crime! Não forneceram na época XXX, e quando surgiram eram inadequados. Não faziam exame periódico de cumulatividade. Não ampararam os servidores;
15. Unificar todas as juntas e SIAISS no âmbito estadual. Justificativa: só poucos órgãos conseguem manter o mínimo de três profissionais por órgão ou grupo de órgão;

16. Averiguar por que no Maranhão alguns auxiliares de saneamento recebem insalubridade e outros não, e também o auxiliar de saneamento não possui “CBO”. A própria Funasa promoveu um curso de técnico em saneamento com o objetivo de reclassificar os servidores, o que nunca aconteceu. Encaminhar isso na mesa de negociação;
17. Construir o perfil de morbimortalidade (adoece e morre) dos servidores do MS;
18. Elaborar um diagnóstico dos agravos (doenças) relacionados ao trabalho dos servidores do MS;
19. Implementar nos estados e municípios o protocolo nº 008/11 da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que institui a Política Nacional de Promoção à Saúde do Trabalhador do SUS;
20. Incorporar os servidores cedidos no SIASS;
21. Avaliar e requalificar os núcleos SIASS nos estados e criar os núcleos onde não tem;
22. Inclusão na mesa de negociação os planos de autogestão: o repasse de todos os aumentos concedidos pela ANS para o per capita (patronal), pois além da equivalência de 50% para cada parte, o governo deve entender que tem ausência de aumentos salariais. É responsabilidade da administração federal bancar com a participação patronal do ônus dos aumentos da ANS;
23. Que seja regularizado na CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) documento que retrata a realidade das profissões no mercado de trabalho brasileiro. A função de microscopistas, profissionais que já existem há mais de 20 anos, tanto na esfera federal, estadual e municipal, com capacitação técnica para vários diagnósticos laboratoriais, como malária, Doença de Chagas, TB, leishmaniose e hanseníase. Porém, não há direitos trabalhistas por não terem regulamentação no Ministério do Trabalho e nem constar como ocupação na CBO o cargo de microscopista. Só no Estado do Amazonas há 916 microscopistas não indígenas e 154 microscopistas indígenas.
24. Discussão para implementação de planos de saúde alternativos para os servidores públicos;
25. Incluir a discussão sobre a suspensão da migração da aposentadoria pela EC 41 para a EC 47;
26. Criação e estruturação da carreira de Saneamento Básico e Saúde Ambiental;
27. Reestruturação da Carreira, com gratificação de qualificação;
28. Reajuste da GACEN pelo INPC anual e extensão para os servidores que ficaram excluídos;
29. Criação da gratificação indigenista para servidores da SESAI.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento de Infraestrutura (DINFRA)**

1. Realizar Encontro Nacional do Setor de Infraestrutura dentro do 2º Semestre de 2018, sugerimos o mês de julho/2018. Obs.: Que a CONDSEF cobre dos sindicatos gerais o envio de servidores para esse encontro, que será de 3 servidores por órgão;
2. Equalização Salarial dos três níveis conforme percentual dado aos cinco Cargos de Infraestrutura (PL 5.920/09);
3. Que a Condsef acompanhe as reivindicações dos servidores das Agências nas suas bases filiadas;
4. Lutar pela aprovação imediata dos PECs: SPU, Sudene, MPOG, DNOCS, M. Transportes, Minas e Energia e M. Integração;
5. Plano de Carreira dos servidores da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.
6. Revisão das carreiras e Plano Especial de Cargos do DNPM;
7. Transformação do DNPM em Agência Reguladora;
8. Revisão das carreiras aplicáveis às agências reguladoras, objetivando a constituição de uma só carreira;
9. Reestruturação das carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT;
10. O DNIT possui duas carreiras dentro da Autarquia. Sugerimos que haja isonomia salarial entre as carreiras internamente; como também haja uma isonomia com as agências correlatas, tendo em vista que desempenham as mesmas atividades, e a criação de carreira de Agente de Trânsito;
11. Extensão da GQ e GT para todos os servidores da infraestrutura, independente da carreira que ocupa;
12. Lutar para derrubar a liminar do STF que proíbe greves no setor público;
13. Que a CONDSEF faça no mínimo um encontro anual dos departamentos;
14. Enquadramento dos servidores cedidos/anistiados/reintegrados nas tabelas salariais, tendo como parâmetro as Agências;
15. Alteração da lei que cria GIAPU para que os servidores possam receber outras gratificações. Destacamos que já há estudo da CONDSEF nesse sentido;
16. Reestruturação da tabela remuneratória dos servidores integrantes das estruturas da Ciência e Tecnologia do INPI e INMETRO;
17. INMETRO - que a GQDI, atualmente é 60/40, possa ser estendida para a proporção 20/80, revisando o Decreto nº 7133/2010;
18. Reinstalação da Mesa de Negociação da Carreira: Minas e Energias, Ministério do Planejamento e Imprensa Nacional;
19. Aumento da Contrapartida do Governo referente ao percentual (%), relativo ao PLANO DE SAÚDE DE TODOS OS SERVIDORES - PROPOSTA 70% POR PARTE DO GOVERNO;
20. Criação do grupo de comunicação via e-mail do DINFRA:
  - Administradores do grupo de e-mail:
    - Cleusa Cassiano – DF – MPOG
    - Juraci Batista – RO – DNIT



- Dúvidas: Aurora Cristina Martins – (51).999085422 – DNIT/RS.

### **PROPOSTAS:**

1 - O Ministério do Planejamento que é o canal de comunicação entre governo e entidades para negociar pleitos de servidores de todos os setores do serviço público, mas não dispõe de espaço para discutir com os servidores da casa. A Secretaria de Gestão diz que é porque não estamos nos Estados. Ocorre que temos 9 Secretarias das quais a maioria são normativas e emitem normas com efeito legal para todo o Brasil, incluindo servidores e Tecnologia da Informação. E é onde está uma grande massa de servidores das bases da Condsef.

Nós estamos, mais uma vez, trazendo um apelo ao departamento para que faça gestão junto à Condsef para resolver o problema do órgão Central, onde se processa as negociações.

### **Assim solicitamos incluir nos encaminhamentos:**

- ABERTURA DE MESA DE NEGOCIAÇÃO PARA OS SERVIDORES PGPE DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO JÁ.

### **OBSERVAÇÕES:**

- Observamos que faltou a identificação do órgão representante no credenciamento dos Delegados, na lista de presença inicial.
- Órgãos aqui representados: SPU, DNIT, MME.

## **Relatório do Encontro Nacional do Departamento dos Servidores Civis das Organizações Militares (DOMC)**

1. Melhorias para o funcionalismo público federal, não somente os da ativa como também os aposentados e pensionistas de Minas Gerais;
2. Servidores do cargo AOSD passem ao nível intermediário, já que tal cargo foi extinto sem que os mesmos pudessem realizar ascensão funcional;  
Obs.: atualmente, em alguns órgãos, o AOSD atua em tarefas de nível intermediário e recebendo vencimentos de AOSD;
3. Isonomia no auxílio alimentação (valor de hoje: R\$ 884, 00) para as três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica);
4. Que o DOMC, junto com a CONDSEF, venha defender os servidores que não têm o ensino médio e fazem parte do nível intermediário. O governo quer rebaixar o servidor para nível auxiliar;
5. Que seja pago o auxílio alimentação em pecúnia aos servidores do Comando da Marinha;
6. Isonomia no auxílio pré-escolar para as três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica);
7. Capacitação profissional anual em seus comandos;
8. Ao se aposentar, que o servidor tenha direito os quatro vencimentos como os militares têm quando vão para a reserva;  
Obs.: Justificar por não ter FGTS;
9. Aumento do percentual da contrapartida feita pelo governo para saúde dos servidores e seus dependentes;
10. Unidade dos servidores do Ministério da Defesa porque é um órgão essencial, está presente sempre na reunião do governo;
11. Plano de saúde unificado para todos dos servidores públicos federais, acessível aos servidores;
12. Que seja reestruturada as tabelas dos servidores, para que os servidores não fiquem anos numa referência e chegam logo ao topo da tabela;
13. Que a CONDSEF exija do Ministério do Planejamento – MPOG elaboração de orientação normativa, prevendo o controle de frequência de utilização do rancho próprio, através de roletas e cartão magnético nos órgãos militares;
14. Objetivo: INDENIZAR EM PECÚNIA - aqueles servidores que não utilizarem o rancho em determinados dias de mês, conforme estabelece lei e decreto regulamentador;
15. Enquadramento dos cargos de Tecnologia Militar na CTM e PCCTM;
16. Extensão da GQ - Gratificação por Qualificação para o nível auxiliar (servidores qualificados);
17. Recriação dos Cargos de Nível Auxiliar (tirá-los da condição de cargos extintos);
18. Concursos públicos para CTM;

19. Controle de frequência nos refeitórios, que a CONDSEF encaminhe uma orientação para os estados;
20. Inclusão do PGPE na CTM;
21. PGPE - Equalização Salarial dos três níveis conforme percentual dado aos cinco Cargos de Infraestrutura (PL 5.920/09);
22. Reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE;
23. Reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar (CTM);
24. Reestruturação da tabela remuneratória do PCCTM;
25. Inclusão no PCCTM dos servidores civis das áreas administrativa e logística lotados no Ministério da Defesa e órgãos vinculados;
26. Construção de Greve Geral pela derrubada da PEC 55, da Reforma da Previdência, PLP257/16;
27. Paridade com os funcionários do concurso de 1994, nos cargos de almoxarife, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo de material, garçons e outros cargos, que exerce a mesma função;
28. Incorporação das gratificações ao vencimento básico;
29. Lutar para uma greve geral;
30. Que a CONDSEF elabore um parecer para os sindicatos promoverem reuniões que negam o referido direito;
31. Que a CONDSEF encaminhe uma proposta ao governo para criar uma GQ (Gratificação de Qualificação) para os integrantes da carreira do PGPE;
32. Fazer gestão junto aos órgãos superiores das organizações militares para agilizarem a tramitação de processos de concessão de direitos de servidores, por exemplo, aposentadoria, adicionar de insalubridade e periculosidade, priorizando o processo para os servidores que possuem idade acima de 60 anos, cumprindo o que estabelece o estatuto do idoso;
33. Promover as reuniões do DOMC, estabelecendo calendário anual e informando as entidades estaduais;
34. Articular condições de incluir os servidores do PGPE em um plano de cargos e carreiras, seja PCCTM ou plano equivalente, sem esquecer-se do cargo AOSD (extinto em 1997);
35. No caso deste cargo AOSD (extinto), seja reclassificação de nível auxiliar para o nível intermediário;
36. Levar um observador, desde que seja filiado, para acompanhar a mesa de negociação em Brasília;
37. Solicitar um profissional do MTE (perito) para fazer laudo e conceder insalubridade aos profissionais que estão realizando trabalhos de riscos e não recebem esse direito;
38. Reajuste do auxílio - alimentação;
39. Paridade para aposentados e pensionistas;
40. Isentar o servidor civil de qualquer prejuízo remuneratório, quando este estiver ativo em organização militar que venha a ser reclassificado;
41. Solicitar que a nova diretoria do DOMC realize reunião a cada seis meses, e que as despesas sejam pagas pelas as entidades filiadas à CONDSEF;
42. Que o governo não retire nenhum direito já adquirido;



43. Que o departamento da Condsef eleja um coordenador, com status de diretor, e que tenha participação com voz e voto dentro da direção;
44. Fazer quantas manifestações forem necessárias no M. Defesa e no MPOG, exigindo o plano de carreira dos que não foram contemplados, no caso da inclusão do PGPE;
45. Que a CONDSEF oriente aos sindicatos para que seja feito cursos de formação em suas bases;
46. Cobrar do M. Defesa melhorias no atendimento nos planos de saúde e nos hospitais para melhor atender os servidores;
47. Que a CONDSEF faça um seminário para esclarecer aos servidores que estão para se aposentar e se sentem inseguros em relação à reforma da previdência e no termo de opção para reaver a paridade;
48. Unificação das lutas dos servidores civis do Ministério da Defesa;
49. Lutar pelo fim da contratação de prestadores de tarefa por tempo certo PTTC;
50. Lutar para que haja organização sindical nas bases;
51. Regulamentar as categorias funcionais e suas atribuições;
52. Fazer campanha de filiação para incluir os novos servidores;
53. Lutar pela paridade e isonomia entre os ativos e aposentados;
54. Priorizar a organização de pedidos para as demais carreiras, exceto a PCCTM, pois já foi contemplada;
55. Passagem dos servidores de nível auxiliar e intermediário das organizações militares escolares para carreira das universidades federais, como ocorre como os docentes;
56. Lutar para que os trabalhadores Celetistas da lei 10.225 sejam levados para o Regime Jurídico Único (RJU – Lei 8.112/90);
57. Inclusão dos servidores dos hospitais militares para carreira de C&T ou superior;
58. Que o DOMC dê informações constantemente aos servidores;
59. Lutar para que os servidores civis tenham redução da carga horária para 30h, sem redução de remuneração;
60. Lutar para que as organizações militares tenham um laudo ambiental expedido por perito e que não seja de organização militar;
61. Estender aos filhos dos servidores civis ao ensino dos colégios militares sem seleção publica, como já aconteceu com os militares estendidos aos dependentes legais;
62. Incorporação das qualificações no vencimento básico;
63. Lutar para que os servidores de órgãos militares não incluídos no PCCTM sejam contemplados com a gratificação de qualidade;
64. Lutar por permissões para que haja espaços nas organizações militares para exercício sindical;
65. Reforçar os pedidos de audiência com o M. Defesa;
66. Que a CONDSEF trabalhe no investimento de formação sindical dos diretores da executiva e departamentos;
67. Combate ao assédio moral, sexual, étnico e religioso nas OMs;



68. Lutar para que o departamento jurídico da CONDSEF faça um estudo no Termo do Acordo nº 01/2015, do MPOG, no art. 88, que trata do art. 87, que fala da opção em caráter irretratável das gratificações de desempenho da Emenda Constitucional 41 e 47, porque congela as gratificações dos aposentados e pensionistas;
69. Pleitear ao MPOG que haja um limite para os prazos de pagamentos;
70. Solicitar a CONDSEF para que interfira juridicamente junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de MG na ação;
71. Lutar para que os empregados públicos do IMBEL sejam representados pelo SINDSEP-MG, interferindo juridicamente para que haja reversão da ação jurídica, que deu ganho de causa de representação ao sindicato dos metalúrgicos de MG.

#### **Encaminhamentos:**

- Que os departamentos tenham um coordenador geral e um suplente;
- Que os coordenadores gerais ou suplentes dos departamentos participem das reuniões do CDE e DN;
- Na mesa setorial o departamento de cada órgão tenha assento garantido;
- Referendado o nome da Coordenação-Geral: Lourdinha - MG (Sindsep) e Lucy - CE (Sintsef);
- Que o CDE da CONDSEF aprove uma manifestação dos servidores da DEFESA até 31 de julho/18, no Ministério da Defesa e Ministério do Planejamento.

## **Relatório do Encontro Nacional dos Anistiados e Demitidos**

**Coordenação: José Amorim Neto – CE**

**Secretária: Maria das Graças Gomes Albert – SC**

**Apoio: Jayne Menezes da Silva – DF**

Resolvemos manter a pauta apresentada pela Condsef ao Ministério do Planejamento em 2018, com alguns acréscimos, conforme segue abaixo.

1. Tabela única de remuneração, com reestruturação acrescentando quatro padrões;
2. Enquadramento dos reintegrados no RJU- Lei 8.112/90, com garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficou fora da administração; adoção dos mesmos procedimentos concedidos aos servidores do RJU (licença médica; gratificações; benefícios; férias; horas extras, diárias; insalubridade; periculosidade). Discussão – não são anistiados e sim reintegrados;
3. Reenquadramento dos servidores desviados de função;
4. Pagamento dos benefícios alimentação (auxílio alimentação de R\$ 799,00; pagamento de cesta natalina no mesmo valor do auxílio alimentação, extensivo aos servidores afastados por motivo de doenças profissionais, acidente de trabalho, auxílio doença e licença maternidade);
5. Reajuste do auxílio saúde no valor de R\$ 650,00;
6. Reajuste do auxílio pré-escolar no valor de R\$ 312,00;
7. Concessão do vale-cultura, conforme Lei 12.761/12;
8. Auxílio educação de R\$ 560,00 (servidores e dependentes até 18 anos de idade);
9. Capacitação profissional anual;
10. Garantia da liberdade e autonomia sindical: atuação no local de trabalho dos dirigentes indicados pelas entidades; abono do dia se convocado pelo sindicato por escrito; liberação de espaço no local de trabalho para atividade sindical;
11. Os servidores em exercício em outro órgão só poderão ser devolvidos ao seu órgão de origem se a pedido ou quando justificados os motivos;
12. Apoio para demitidos pelo governo Collor que perderam o prazo da Lei 8878/94, devido a não divulgação em um veículo de grande circulação e que seja retomada essa divulgação;
13. Apoio aos PDVistas que foram ludibriados pelo governo FHC, especialmente aos PLs 4293/2008 e 123/2017, com maior divulgação desses projetos;
14. Requerer ou solicitar a Defensoria da União um representante para averiguar as denúncias de assédio moral;

15. Que a partir deste encontro, seja feito encontro trimestral para anistiados e PDVistas, começando no mês de agosto/2018, com encaminhamento prévio de convocatória;
16. Economia – auxílio alimentação em exercício, conforme orienta a normativa;
17. Os anistiados retomarem a luta, precisam de engajamento, unificação;
18. Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN/2007;
19. Denunciar o Assédio Moral – Trabalho Escravo entre os anistiados;
20. A CONDSEF repassar os relatórios das reuniões da Mesa de Negociação;
21. Priorizar os advogados dos sindicatos e da Condsef para a obtenção dos direitos;
22. Que seja criado grupo no WhatsApp com todos os participantes da comissão;
23. Que a Comissão Nacional passe a ser um departamento da Condsef;
24. Que seja considerada a luta por garantia de contagem de tempo;
25. Definição do Regime dos Reintegrados;
26. Continuar apoiando a luta dos PDVistas;
27. Que o Governo edite uma orientação normativa sobre direitos dos trabalhadores como insalubridade, periculosidade, horas extras e diárias
28. Enquadramento dos reintegrados no Regime Jurídico da Lei 8.112/90, garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficaram fora da administração
29. Que a CONDSEF acompanhe os tramites do PL 4.786/12, que reabre o prazo para aqueles demitidos que ainda não retornaram.

## **Relatório do Encontro Nacional dos Empregados das Empresas Públicas**

1. Incluir na plenária estatutária a criação do Departamento de Empresas Públicas e a validação de representação pela FENADSEF. Tendo seus representantes exclusivamente composto por Empregados Públicos, proporcionalmente de acordo com os órgãos que compõem, sendo eleitos por suas bases mantendo a Comissão eleita em Plenária;
2. Que as negociações dos acordos coletivos de trabalho sejam compartilhadas entre o Departamento, a CONDSEF e os representantes da Comissão de Empregados de cada empresa pública;
3. Luta pela unificação das datas-base das Empresas Públicas;
4. Realização de plenária nacional permanente dos Empregados Públicos de todas as empresas públicas da base da CONDSEF, para discussão do plano de luta unificado;
5. A defesa dos Sindicatos Gerais e da CONDSEF/FENADSEF;
6. Extinção da contratação política via recrutamento amplo em todas as Empresas Públicas Federais e contra a Terceirização;
7. Campanha em defesa das Empresas Públicas, contra a privatização, demissões e sucateamento, junto com a Central Única dos Trabalhadores;
8. Realização por parte da CONDSEF, conjuntamente com os Sindicatos Gerais, de assembleias para apresentação da FENADSEF, referendando esta como órgão de representação dos trabalhadores das EP's;
9. Defesa do trabalhador das empresas públicas contra perseguições, e direito a contraditório e ampla defesa em processos administrativos disciplinares.

### **EBSERH**

1. Realização de Cursos de Organização Política Sindical nas bases da Ebserh;
2. Reestruturação do Plano de Cargos Carreiras e Salários;
3. Instalação imediata da Mesa Nacional Permanente e Mesa Local de Negociação em todos os HU's;
4. Cumprimento da implantação da Normativa de Afastamento do Empregado;
5. Cumprimento da implantação de Titulação para todos os empregados conforme o ACT 2015/2016;
6. Mapeamento de novos hospitais que aderiram a Ebserh e articular a representação do sindicato geral que abrange as regiões onde estão localizados estes hospitais aos seus trabalhadores;
7. Reestruturação de todos os hospitais universitários do país, visando uma melhor assistência à população brasileira e melhores condições de trabalho;
8. Cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da EBSEH em toda sua íntegra;
9. Implantação do Plano de Cargos e Salários dos empregados da EBSEH, com correção das distorções;



10. Equiparação da tabela salarial dos empregados administrativos com a tabela da EMBRAPA;
11. Implantação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade para todos os empregados da EBSERH;
12. Viabilização do direito do duplo vínculo, conforme a Constituição Federal.

### **CONAB**

1. Denúncia e luta contra o desmonte e o sucateamento da CONAB;
2. Promover campanha de esclarecimento sobre o PDV;
3. Denúncia da atitude antissindical da Direção da CONAB, de diversos Estados, que negou a liberação de ponto aos delegados eleitos para participar do XII CONCONDSEF sob a falsa alegação de que os Sindicatos Gerais não representam os trabalhadores da CONAB;
4. Denúncia contra atitudes de perseguição e intimidação por parte de algumas administrações da CONAB para com os trabalhadores daquele órgão;
5. Plano de saúde extensivo aos aposentados da CONAB;
6. Que a Condsef/Fenadsef lute para retirar a CNTC das Negociações da Conab.

### **VALEC**

1. Unificação dos Acordos Coletivos de Trabalho - ACT'S (VALEC 88, VALEC 2012, GEIPOT e RFFSA);
2. Equiparação salarial e de benefícios entre os cargos da VALEC;
3. Criação de um plano de saúde assistencial para todos os Empregados;
4. Cumprimento do plano de cargos e salários (progressões-promoções).

### **CEASA MINAS**

1. Luta contra a privatização e contra a tomada da gestão da empresa por OCIP's e afins;
2. Assinatura dos ACT's pendentes e negociação/assinatura do ACT 2018/2019;
3. Preservação da integridade moral e psíquica dos trabalhadores, combatendo as perseguições e processos administrativos disciplinares infundados e abusivos;
4. Retomada de benefícios adquiridos pelo trabalhadores como ônibus, restaurante, bebedouros em todos os setores, acesso à internet e Wifi;
5. Cumprimento da cláusula do ACT que versa sobre o fornecimento de uniforme aos trabalhadores;
6. Retomada dos direitos adquiridos dos trabalhadores orientadores de mercado, como folga de fim de semana e carga horária;
7. Inclusão da RD 05/2018 que versa sobre liberações e folgas no ACT;
8. Inclusão da semana de folga de fim de ano no ACT;
9. Escolha do presidente da Comissão de PAD por meio de eleição, assim como é feita a escolha dos membros.